



Ata N.º 1/2019

**— ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE —**

— Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, pelas 21,30 horas, reuniu em sessão ordinária, primeira, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, Marco Oliveira. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Arminda Ferro (SIM), Joaquim Costa (SIM), António Costa (PSD), José Carvalho (PSD) e António Félix (PSD), António Cruz (PS) e Celso Sá (PS).

— Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:

— Ponto Um: Deliberar sobre os assuntos agendados para o período antes da ordem do dia;

— Ponto Dois: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018, bem como do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;

— Ponto Três: Aprovação das atas nº 2, 3 e 4 de 2018;

— Ponto Quatro: Apreciação e votação do Regulamento da Venda das Casas da Seara;

— Ponto Cinco: Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia;

— Dando início à sessão, o Presidente da Mesa anunciou que do Movimento SIM, o Vogal Dorindo Correia não poderia estar presente na sessão, pelo que se faria substituir pelo Sr. Hélder Pinho, pelo mesmo Movimento, Movimento SIM. Prosseguiu o Presidente da Mesa com os pedidos de substituição, um apresentado pela Vogal Arminda Ferro que pediu para ser substituída pelo elemento a seguir pelo Vogal Hélder Pereira, passando este a ocupar o seu respetivo lugar, outro apresentado pela Secretária Sara Pereira substituída pelo Vogal António Cruz, sendo o lugar do último ocupado pelo Vogal Carlos Pinho, passando este a ocupar o seu respetivo lugar, outro apresentado pela Vogal Lurdes Marques que pediu para ser substituída pelo Vogal João Folha, que irá ocupar o seu respetivo lugar.

— Prosseguiu o Presidente da Mesa anunciando que o Vogal do PSD António Costa ainda não compareceu, presumindo que aquele compareça visto que até ao presente momento não deu qualquer notificação à mesa.

— Prosseguiu o Presidente da Mesa anunciando que houve um pedido de intervenção que será feita no final da respetiva assembleia, pedido realizado pelo Sr. Manuel Luís Rodrigues da Silva Pinho, pedido este feito via email já que não teria a certeza que chegaria a tempo da respetiva sessão.

— Prosseguiu o Presidente da Mesa anunciando a leitura de uma declaração de voto do Movimento SIM, fazendo constar que os três Vogais da Assembleia de Freguesia de Silvalde que representam o Movimento SIM votam contra as peças do orçamento para dois mil e dezanove porque: 1) Consideram que todos os protocolos e contratos de delegação de competências devem ser submetidos individualmente para que se analisem as questões jurídicas e técnicas para que não sejam objeto de aprovação prévia recordando as incorreções e imperfeições dos protocolos aprovados em executivo e que se relevam desajustados às necessidades e objetivos a cumprir. Fazem lembrar ainda que outros protocolos e programas de delegação de competências tem sido aprovados; 2) O PPI apresentado releva exclusiva e total dependência da alienação das casas da Seara e desde a última assembleia nada foi feito que possa antever uma alienação efetiva de uma única casa; 3) Constatam que o orçamento é dependente tanto dos protocolos e delegações de competências a celebrar com a Câmara Municipal de Espinho como da alienação das casas da Seara. Votam contra, não por uma, mas por várias razões que os fazem crer que a sua exequibilidade será improdutiva.

— Começou o Presidente da Mesa pelo Ponto Dois da Ordem do Dia "Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018, bem como do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação"



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

---- Após a leitura dos temas constantes da Ordem do Dia pelo Presidente da Mesa, questionou o vogal Joaquim Costa acerca da não atuação da Comissão Permanente em algumas questões e a necessidade da sua intervenção relativamente ao orçamento de dois mil e dezoito, considerando até àquela data todas as alterações orçamentais, executadas pelo executivo cessante. -----

---- Questionou também relativamente às despesas imputadas ao Dr. Pedro Morgado, entendendo que algumas se deverão a custas com o processo da Escola da Seara solicitando o comprovativo do pagamento dos seus honorários ; --  
----Relativamente á limpeza de bermas e valetas solicita saber se houve algum mês em que não foi feito o serviço, se se reduziu ou se foi feito um donativo á junta.-----

----Relativamente às receitas questiona quanto às verbas provenientes da gestão do complexo da seara e das rendas do Café Santiago. -----

---- Esclareceu o Presidente da Mesa que em relação à Comissão Permanente informa que os documentos solicitados por aquele seriam suficientes; que relativamente á extinção da Comissão considera que não faz sentido até porque no futuro irão ter muita atividade tendo que por isso estar presentes em muita coisa entendendo que a extinção na sua perspetiva é totalmente descabida; -----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que não falou em extinção da Comissão, mas sim a necessidade de que aquela se reunisse pelo menos de forma trimestral. -----

---- Prosseguiu o Presidente da Mesa pedindo que a mesa do Executivo esclarecesse as dúvidas apresentadas tendo questionado a Assembleia sobre a necessidade de mais algum esclarecimento. -----

---- Prosseguiu o Tesoureiro Hélder Freitas esclarecendo as dúvidas, dizendo que o valor que lá está, os dois mil e cem euros foram gastos, três meses pagos à Elda dá mil e quinhentos euros, o Armindo esteve lá nove meses a receber trezentos euros, o Fernando recebeu treze vezes trezentos e depois no final do ano face a algum mau estar que estava a ser criado por estar sozinho lá no campo fez-se um acerto, deu-se mais cem euros por mês e ele passou um recibo de mais trezentos euros no fundo para compensar o período que ele lá esteve sozinho.-----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa questionando novamente se os valores foram para o Dr. Pedro Morgado ou para custas com o processo do terreno da Escola da Seara. -----

---- Esclareceu o Tesoureiro Hélder Freitas que foram as duas coisas juntas como os documentos apresentam, por essa razão se passou um recibo global. -----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa questionando que o Dr. Pedro não poderia estar a passar recibo global com despesas e de honorários e que ele não iria pagar IRS de uma coisa global. -----

---- Relativamente ao Dr. Pedro respondeu o Tesoureiro Hélder Freitas que foram as duas coisas tudo junto e que passou recibo global, sobre as tasquinhas e a conta 02.02.25.02 não estava o valor da luz porque este estava inserido na rubrica da luz, que as bermas e valetas foram pagos onze meses que eram as faturas em atraso para ser pagas.

---- Esclareceu o Tesoureiro Hélder Freitas que quanto às receitas, o protocolo da A.F.Popular o valor manteve-se, quanto às rendas do Café Santiago tem um acordo de dívida cinco mil cento e sessenta e seis euros, relativamente ao ano de 2017 foi pago na íntegra e quanto ao ano 2018 está tudo em dívida mas a ser cumprido, houve também a atualização de lei do valor das rendas das casas da seara. -----

---- Interveio o Vogal António Costa questionando o que são as outras despesas correntes que constam no orçamento na rubrica 06.02.03. e também em que foi gasto o valor de seis mil seiscentos e sessenta e seis euros quarenta e dois centimos nas instalações desportivas e recreativas, questionando se será o IVA. -----

---- Esclareceu o Tesoureiro Hélder Freitas que esse valor foi o IVA e que nas instalações desportivas dois mil e quinhentos euros foram para as balizas, dois mil trezentos e trinta e sete para a reparação do relvado, outras reparações como mudanças de lâmpadas nos holofotes o aluguer da grua para este serviço, basicamente foi isto. -----

----Prosseguiu o Presidente da Mesa questionando a Assembleia com mais pedidos de esclarecimento-----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa solicitando o acesso às faturas que se pagam nas tasquinhas, questionou também os gastos no PPI, sugerindo que lhe fosse fornecido as cópias das faturas para guardar em arquivo a conta corrente das despesas. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

----- Esclareceu o Executivo todas as rubricas que foram solicitados através do seu tesoureiro Hélder Freitas. -----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa observando que efetivamente gastou-se vinte e sete mil euros, e que dos sessenta e sete mil, quarenta mil foram em obras do projeto de delegação de competências, tendo a Câmara dado mais dez mil e a junta nem dezassete mil euros investiu na freguesia, sendo que esses dezassete mil euros mesmo assim, padeciam de uma mini enfermidade pelo fato de se estar a colocar no PPI valores irrisórios como investimento e isso faz parte da manutenção, daí alegar querer as coisas discriminadas pois não faz sentido estar a colocar no PPI gastos de cinquenta e sessenta euros, só para acumular valor de uma ação isso, dizendo que não é uma ação é algo corrente, ora para quem tem trinta e cinco mil euros no final do ano, tendo a Câmara dado dez mil e gastou vinte e sete com todos estes fatos que apontou e não lhe foram contrariados, não tendo sido só as casas da seara, por esta razões vota contra este orçamento, não por achar que as contas estão mal feitas mas por achar esta aplicação algo confusa. -----

Interveio o Vogal António Costa, dizendo que não põe em causa o relatório de contas, apesar de achar que não houve grande investimento na Freguesia dizendo que mais parece que esta está a funcionar como caixa, alegando que este relatório era o primeiro deste executivo por essa razão informa que o grupo do PSD se irá abster. -----

---- Findo o período de discussão, o presente ponto foi levado a votação tendo sido aprovado com 5 votos a favor do PS, 1 contra Movimento SIM (Joaquim Costa), 7 Abstenções, sendo que 4 feitas pelo PSD e 1 pelo Vogal Celso Sá PS, 2 pelo Movimento SIM, uma pela Vogal Arminda Ferro e um pelo Vogal Hélder Pinho; -----

---- Prestados todos os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início ao Ponto três da Ordem do Dia "Aprovação das atas nº 2, 3 e 4 de 2018"; -----

---- Relativamente à Ata nº 2 de 2018, interveio o Vogal Celso Sá, dizendo que a apresentação das atas, conforme diz o Regimento devem ser apresentadas no início o que não aconteceu. Informa que ao contrário do que tem solicitado o seu nome não aparece nas atas como independente, algo que já havia pedido diversas vezes bem como solicitou o acesso à gravação das reuniões. Afirma que não se recorda de ter sido votada a ata da reunião nº 1, pedindo que se faculte as gravações das reuniões. -----

---- Esclarece o Presidente da Mesa que as atas são feitas mediante o suporte áudio que a junta tem ao seu dispor e que há pontos em que se duvidas houver se ouve a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª vez, com o intuito de transcrever o mais fielmente possível o que está gravado em áudio. Informa que será facultado o acesso à audição da gravação no edifício da Junta, em horário de disponibilidade de um elemento da mesa, para o Vogal Celso Sá ou qualquer outro com as mesmas dúvidas. -----

---- Intervém o Vogal Celso Sá dizendo que precisamente por haver dúvidas é que entende que também tem direito a ter acesso às gravações para poder votar de uma forma consciente; -----

---- Interveio o Secretário Marco Oliveira dizendo que nunca lhe foi negado o acesso ao áudio e que a ata em causa já podia ter sido aprovada na última assembleia e só não foi porque foi dito que não estava bem. Afirma que esteve a ouvir a gravação daquela ata para alterar duas linhas já que alguém tinha dito que não estava bem. -----

---- Interveio o Presidente da Mesa dizendo que ali nem se cumpre bem o Regimento já que até deixa falar as pessoas mais do que o Regimento determina. -----

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que caso não sejam disponibilizadas as gravações de áudio ele próprio irá fazer um requerimento à mesa para que as gravações passem a ser públicas, votando, no entanto, a favor da ata. -----

---- Intervém o Presidente da Mesa esclarecendo que o Vogal Celso Sá pode até se intitular independente, mas foi eleito pela lista do PS tendo assinado livremente esse compromisso. -----

---- Interveio o Vogal António Costa dizendo que quanto às gravações o grupo votará contra quanto às gravações áudio se tornarem públicas, estando em causa a violação de um direito de personalidade. Relativamente às gravações serem facultadas aos vogais entende que é uma situação complexa, entendendo que a consulta será viável e obrigatoriamente permitida, mas quanto a entregar as gravações vota contra. -----

---- Findo o período de discussão, o presente ponto relativo à Ata nº 2 de 2018, foi levado a votação tendo sido aprovado com 10 votos a favor, 2 abstenções, sendo que uma feita pelo Vogal Sérgio Carvalho e outra pelo Vogal Hélder Pereira, tendo o vogal Celso Sá dito que apresentará uma declaração de voto porque não esteve presente nesta reunião por isso não votou. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

----- Relativamente á Ata nº 3 de 2018 interveio o Vogal Joaquim Costa insistindo nos preciosismos quanto á elaboração das atas. Solicita assim que seja corrigida a sua intervenção no ponto cinco da Ata supra referida tanto no que diz respeito á pontuação bem como ao conteúdo da sua intervenção. -----

----- Findo o período de discussão, o presente ponto relativo á Ata nº 3 de 2018, foi levado a votação tendo sido aprovado com 8 votos a favor e 4 abstenções o Vogal Celso Sá PS não votou.

----- Relativamente á Ata nº 4 de 2018 esclareceu o Presidente da Mesa que esta Ata esteve na primeira e segunda reunião questionando a Assembleia sobre a intenção de se pronunciarem; -----

----- Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que da primeira reunião não se apercebeu de nada em especial, mas que da segunda quer esclarecer que o que disse no ponto dois daquela Ata foi que "não estava na apresentação do plano a referencia á banda" e não o que consta no mesmo. Refere também que na página 3 aquando da intervenção do Vogal Hélder Pinho, algumas questões não são coerentes devendo alguns parágrafos serem revistos. -----

-----Findo o período de discussão, o presente ponto relativo á Ata nº 4 de 2018, foi levado a votação tendo sido aprovado com votos a favor; 5 votos do PS, 3 votos do PSD e 2 votos SIM, abstenções; 1 votos do PSD, 1 voto SIM e o vogal Celso Sá PS não votou. O grupo SIM apresentou declaração de voto que foi lida pelo Presidente da Mesa no início da Assembleia. -----

-----Prestados todos os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início ao Ponto quatro da Ordem do Dia "Apreciação e votação do Regulamento da Venda das Casas da Seara; -----

----- Interveio o Presidente da Mesa informando que o Regulamento supra referido foi enviado a todos os membros da Assembleia atempadamente, questionando a Assembleia com pedidos de esclarecimento-----

----- Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que relembando que foi falado na Ata de Setembro de 2018 de que se propusesse no regulamento saber como estaria a disponibilidade de se apurar o interesse efetivo das pessoas, os chamados arrendatários. Refere que o que se observa é que se falou nessa possibilidade, mas que se falou que para se fazer essa discriminação positiva que não estivesse prevista na lei deveria pedir-se pareceres, sob pena de se aprovar algo que não tinha base legal e que não tem Know-how suficiente para em juízo legal ou jurídico se debruçar sobre algo e aprovar que lhe foi dado. Coloca a necessidade de se fazer um regulamento de condomínio, recordando que a Junta de freguesia de Silvalde corre o risco de ficar com mais 50% das propriedades e que tem que obrigar os outros a ter regulamento mesmo os outros não sendo inquilinos, mas sim proprietários. Entende que é condição sine qua non e que deve ser pedida uma avaliação. Por último refere que está a favor da alienação das casas mesmo que isso implique reduções no preço, sendo criado um regime sancionatório em caso de incumprimento por parte das pessoas. -----

----- Interveio a Daniela Carvalho vogal do Executivo esclarecendo que ainda que se alegue fundamentos legais existem normas de direito publico e de direito privado não precisando este no entanto de estar presente para ser aplicado, por isso é que não estão ali mencionadas sanções já que há normas de direito publico e privado que as contemplam, não está descrito o que é o agregado familiar porque a lei descreve o que é o agregado familiar, entre outras coisas. Continuou dizendo, que a questão mais importante tem a ver com a discriminação positiva que ali é feita, e que caso os arrendatários não queiram as casas podem estas ser requeridas pelos seus descendentes e que o Executivo realmente quer é vender as casas. Esclarece que foram feitas reuniões com os proprietários e nessas reuniões foi aferido do interesse de eles comprarem as casas. Verificou-se que há um arrendatário que não tem condições para pedir empréstimos á banca. Esclarece que o filho deste arrendatário tem interesse em adquirir a casa e, portanto, pensa que nenhum dos presentes na Assembleia terá interesse em concorrer a estas casas. Esclarece que relativamente á questão de voltar a avaliar o valor das casas, o valor já foi avaliado e já apresentado em Assembleia e aprovado. Esclarece que relativamente às obras está contemplado no artigo 11º que e atendendo ao preço baixo " as casas são vendidas no estado em que se encontram, os candidatos aceitam-nas nesse estado não ficando a Junta de Silvalde responsável por qualquer obra independentemente da sua natureza nem em função de valores pagos a nível de melhoramento ou benfeitorias", portanto a Junta também está salvaguardada a este nível. Esclarece que este regulamento esteve um mês para consulta pública, não houve qualquer tipo de reclamação ou sugestão ao mesmo. -----

----- Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que o que disse foi que fizeram um regulamento para um filho de um arrendatário. Afirma que não está contra a venda das casas, mas vota contra a aprovação das contas do Executivo sobre as casas da Seara. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

- Interveio o Vogal Hélder Pino dizendo que se devia acautelar a próxima fase, ou seja, a não compra pelos arrendatários e que o Regulamento já deveria fazer menção a esta questão e quais seriam as sanções.-----
- Esclarece o Presidente do Executivo que se devia por o Regulamento á votação e que quando entraram neste Executivo começaram a trabalhar no sentido da legalização das casas para elas serem vendidas. Esclarece que é contra a reavaliação das casas e que o Regulamento respeita a lei.-----
- Interveio o Vogal Joaquim Costa solicitando que lhe fosse explicado quem elaborou este Regulamento.-----
- o Presidente do Executivo informou que será respondido por escrito à questão levantada pelo Vogal Joaquim Costa. Findo o período de discussão, á aprovação do Regulamento foi levado á votação com 3 votos contra, 1 abstenção e 9 votos a favor.-----
- Pelo representante do Movimento Sim foi dito que irão apresentar uma declaração de voto.-----
- Prestados todos os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início ao Ponto Cinco da Ordem do Dia "Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia";-----
- Interveio o Vogal António Costa colocando duas questões, a primeira saber qual o ponto de situação relativamente a ação judicial sobre os terrenos da Seara, saber em que fase é que está, se já houve alguma decisão e a segunda que fosse explicado o porquê de terem votado um orçamento na Assembleia de Freguesia e o terem aprovado, orçamento que previa a delegação de competências e verbas para a freguesia assinaláveis com incrementos julga superior a 50%, valores benéficos para a freguesia, além de que estava previsto no orçamento camarário a realizar em Silvalde nomeadamente o Estádio do Sporting Clube de Espinho e o Quartel dos Bombeiros. Solicita que seja esclarecido o porque de ter aprovado um orçamento na assembleia da freguesia com a câmara com verbas para transferir e no dia seguinte na continuidade da assembleia o Sr. Presidente da Junta se absteve, fazendo com que o orçamento camarário não fosse aprovado. Coloca a questão do Sr. Presidente ter posto em causa uma verba acrescida para a Vila fazer um investimento. Esclarece que entende que não houve coerência na atuação do Presidente da Junta.-----
- Interveio o Vogal António Félix questionando sobre a Unidade de Saúde da Marinha e quais foram os passos que foram dados para a criação da USF de Silvalde/Paramos, dizendo que numa das ultimas intervenções do Dr. Rogério, este terá dito que mais ou menos há 8 meses reuniu com os Presidentes de Junta de Silvalde e Paramos, Diretor da ARS Norte e o Arq. do projeto, rematou dizendo que gostaria de saber com mais pormenor, se o Presidente da Junta tinha informação a acrescentar a este assunto.-----
- Esclareceu o Presidente do Executivo que relativamente á ação judicial foi entregue aos membros da Assembleia o registo nos notários sobre um recurso que a Junta tinha recorrido por causa do registo de propriedade. Esclareceu que neste recurso consta um parecer do Dr. Pedro Morgado e que diz que relata a decisão já esperada. Esclareceu que o Tribunal da Relação do Porto decidiu que o processo administrativo era o que era aguardado entendendo que na sua opinião não fazia sentido recorrer desta decisão judicial e que neste momento poderá ter outro tipo de recurso, mas agora para o Tribunal Comum. Esclareceu que o Tribunal da Relação do Porto decidiu a favor da Câmara, tendo, no entanto, que ter em conta que a qualquer momento e tratando-se de um processo comum podem interpor uma ação cível num tribunal comum. Esclareceu que não foi proposta mais nenhuma ação e que o Executivo está a pensar, estando á espera de novos pareceres tendo sido enviado esta decisão para um professor da área e se o parecer fosse favorável pretendiam seguir com a ação para o Tribunal Comum.-----
- Interveio o Vogal António Costa sugerindo que se voltasse a tentar chegar a um acordo com a Câmara Municipal tal como foi feito no mandato anterior.-----
- Interveio o Presidente do Executivo respondendo ao Vogal António Costa quanto á sua abstenção ao orçamento da Câmara apresentado em 20/12/2018, esta aconteceu com o fundamento na declaração de voto que apresentou na Assembleia Municipal e que passou a ler: " Verifica-se que o orçamento apresentado não dispõe de verbas para arranjos estruturais das Escolas Domingos Capela e do Centro Escolar de Silvalde, por esta razão foi entregue uma Carta Aberta endereçada ao Srº Presidente da Câmara, redigida pela Junta de Silvalde e Associação de Pais do Centro Escola de Silvalde, que mais não é, do que realçar os problemas conhecidos na escola Domingos Capela desde o mandato 2009-2013 e no Centro Escolar desde a sua inauguração em 23/9/2015. Assim, considerando a educação a pedra basilar para



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

o futuro das nossas crianças, a Câmara Municipal de Espinho, não tem investido nas estruturas escolares de Silvalde, provocando o seu rápido envelhecimento e, por conseguinte, a desertificação de alunos nessas escolas, (Escola Domingos Capela e Centro Escolar de Silvalde). A minha opção pela abstenção, foi um protesto assente na reivindicação dos Pais e encarregados de Educação que subscreveram a Carta Aberta entregue previamente à discussão deste Orçamento. Todos temos que reconhecer que a Educação deve ser tratada com exigente responsabilidade, neste caso, responsabilidade assacada ao Srº Vereador Vicente Pinto responsável pelo pelouro da Educação. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Vogal António Félix aos passos dados sobre a extensão de Saúde da Marinha/USF esclareceu, que recebeu um email no dia 7 de Maio de 2019 da Vereadora Lurdes Ganicho o qual passou a ler aos membros da Assembleia, discriminando os vários pontos que dele constam: "No seguimento da reunião do passado dia 9/5/2018, para debate da problemática das UCSP's do Concelho de Espinho e a melhoria da prestação de serviço aos utentes, foi concluída da necessidade de estudar uma reorganização dos serviços que poderia passar pela criação de mais uma USF com modelo de funcionamento a definir. Dessa reunião foi definido um plano de ação que urge balizar, uma vez que até agora não foram apresentados quaisquer elementos e que até junho deste ano, conforme foi identificado nessa reunião, teremos perda de Clínicos por aposentação". O plano de ação então definido, foi: 1- MAPASIL iria reunir para saber se todos estavam disponíveis a aderir ao novo projeto; 2 -Dr. Rogério, iria elaborar a proposta do projeto de junção da UCSP de Paramos e Silvalde, a apresentar ao ACES\_ARS; 3 - Marcar reunião com ARS e ACES, para apresentação do projeto, com a presença da Autarquia e Juntas de Freguesia; 4 - Submissão da Candidatura na ARS; 5 -Comunicação pública e Política conjunta entre Autarquia, Freguesias e ACES Drs. Manuel Mário e Rogério; 6 - Fazer as obras necessárias; 7 -Auditoria Técnica do projeto; 8- Reavaliação da UCSP Espinho", terminou dizendo, pensar ter respondido depois da leitura da intensão da Câmara através do email da Vereadora enviado aos Presidentes de Junta com conhecimento do Presidente da Câmara, coordenador da UCSP de Silvalde, e ARSNorte. -----

----- Gerou-se bastante ruído com vários temas e questões a serem levantados, nomeadamente sobre as atas, sobre a continuidade do Tribunal de Espinho, sobre a manutenção do Centro de Saúde da Marinha, sobre o Bairro Piscatório, sobre o Centro escolar de Silvalde bem como sobre a necessidade de instalação de um ATM na Marinha, tendo o Presidente da mesa pedido alguma ordem na sala porque ainda havia um pedido do público para intervir.-----

----- Após o fim das intervenções dos elementos da Assembleia de Freguesia, o Sr. Presidente da mesa, deu a palavra ao público começando por intervir o Sr. Luís Pinho único inscrito para o efeito, de imediato levantaram-se todos os Vogais do PSD, proferindo que já tinham assinado e consideravam a Assembleia terminada, ao que o Presidente da mesa respondeu que esta só terminava quando ele mesmo desse informação disso o que não era o caso. -----

----- Prossequindo os trabalhos, o orador em questão, ao ver o abandono dos vogais do PSD, lamentou a falta de observância e preceito democrático dizendo, nunca ter presenciado um cenário com aquele semblante até porque, lembrou nunca aquilo ter acontecido no mandato anterior da Assembleia de Freguesia que este mesmo fez parte integrante. Continuou a sua intervenção e no final da mesma, informou a mesa, que enviaria uma declaração de voto com o conteúdo da sua intervenção. -----

----- Declaração de Voto do Sr. Luís Pinho. -----

----- Começo por cumprimentar O Sr. Presidente e a Mesa da AF, o Executivo da JF e todos os Srs. Vogais. -----

Antes mesmo de colocar algumas questões, relacionadas com o encerramento da extensão de saúde do B. Piscatório, gostaria de lembrar, que o B. Piscatório e a Marinha de Silvalde, têm vindo a perder nos últimos 15 anos alguns dos serviços públicos que aqui existiam. -----

----- Casos da Escola primária da Marinha, nº2 – que tinha pouco mais de 25 anos quando foi considerada, não reunir as condições mínimas para lecionar o ensino pré-primário e o básico! (Mas continua a funcionar com cursos de formação para adultos e outras valências da ADCE.) -----

A Escola do B. Piscatório, que ao fim de mais 60 anos de serviço público foi considerada também não reunir as condições para o ensino do pré-primário e básico, (tendo sido substituída pela construção do Centro Escolar de Silvalde.) -----

-----No entanto o mesmo edifício já serviu para que a CME e a ADCE em Setembro de 2016 assinassem um protocolo de cedência do referido edifício, pelo prazo de 30 anos, e que está a ser objeto de avultadas obras, que naturalmente implicam um grande investimento financeiro. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

É este mesmo Bairro Piscatório e Marinha de Silvalde, que no século XXI ainda não possuem um terminal de multibanco para serviço da população, o que obriga a deslocações de mais de 1 quilómetro de distância. \_\_\_\_\_

---- Quanto à mudança da extensão de saúde do Bairro Piscatório para a sede da Junta de Freguesia (já se ouviu falar disto desde 2013, pelo menos), mas o Presidente da JFS daquela época (Marco Gastão), recusou a ideia do B. Piscatório ficar sem a sua extensão de saúde. Por princípio sou a favor da criação de unidades de saúde familiar, por entender que estas podem e devem prestar melhores serviços às populações, com horários mais alargados e mais meios médicos e auxiliares. \_\_\_\_\_

---- Considero, no entanto, que esta zona tem vindo a ser profundamente castigada com algumas obras, como foi o caso do enterramento da via férrea. \_\_\_\_\_

De fato a não construção da passagem pedonal e rodoviária inferior e a passagem pedonal superior, está a criar muitos constrangimentos a todos nós, mas muito especialmente às crianças e mais idosos. \_\_\_\_\_

---- Isto porque não existe grande segurança na passagem a pé das crianças, pelo menos duas vezes ao dia, quando os autocarros podiam muito bem vir à zona de baixo do B. Piscatório levar e trazer as crianças em melhores condições de segurança. \_\_\_\_\_

As questões que gostaria aqui de colocar são: \_\_\_\_\_

---- 1 – A JFS e a CME são ou não favoráveis à criação da USF de Silvalde? \_\_\_\_\_

---- 2 – Se são favoráveis, por que razões demoraram cerca de 1 ano para anunciar o que já estava acordado há muito tempo? \_\_\_\_\_

---- 3 – Que medidas irão ser tomadas com vista a minorar as dificuldades que, pelo menos, a população mais idosa e com dificuldades de locomoção vai passar a ter: transporte, consultas domiciliárias, etc.; \_\_\_\_\_

---- 4 – Não seria mais correto e ajustado exigir que a extensão de saúde do B. Piscatório e da Marinha, continuasse em funcionamento até que as duas passagens a construir no B. Piscatório estivessem concluídas, o que se prevê decorra no prazo máximo de 3 anos (segundo o que li no aviso da abertura do concurso público para a modernização da linha do Norte, entre Ovar e Gaia). \_\_\_\_\_

---- 5 – Até lá não seria possível à CME em articulação com a JFS e Administração Regional de Saúde do Norte, encontrarem uma solução que passasse pela utilização de algum dos imóveis municipais que se encontram devolutos, para instalarem lá a nova USF de Silvalde! A utilização de parte das instalações do ex-quartel do Formal, não serviria melhor toda a população da Vila e não prejudicaria tanto a população do B. Piscatório e da Marinha? \_\_\_\_\_

---- Dizer que tudo isto se passa numa altura em que a CME não aceitou a Delegação de competências que se deveria concretizar já em 2019, mas que segundo a Lei irá obrigatoriamente ter de aceitar até 2021. Ao contrário do que a CME afirma as novas competências não abrangem apenas os assistentes operacionais, como jardineiros e pessoal de limpeza, mas muito mais, como é referido no Artigo 2.º do DL nº 23/2019, de 30 de Janeiro, que delega nas Câmaras: \_\_\_\_\_

---- A participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; a Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; e a Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); \_\_\_\_\_

---- Por outro lado não se entende que havendo forças políticas (PSD) que defendem a criação de uma USF em Paramos, não se avance desde já para a sua implementação naquela Freguesia e que o Polo previsto para Paramos, fosse fixado na extensão de saúde do B. Piscatório e da Marinha.

---- Em resumo julgo que seria da máxima importância, não assinar desde já, qualquer tipo de acordo e proceder-se à marcação urgente de uma Sessão Extraordinária da AF que permitisse esclarecer de uma forma clara e sem ambiguidades todos os silvaldenses em geral e os habitantes do B. Piscatório e da Marinha em particular, sobre uma matéria tão importante para o seu futuro.

No que diz respeito à atividade da Junta de Freguesia constato que houve um saldo de gerência no ano de 2018, de cerca de 35.000 euros! Sendo um bom resultado, considero, no entanto, que parte dessa verba poderia ter sido utilizada no





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

arranjo do local onde se encontram os contentores do lixo no B. Piscatório (junto ao muro do Golf), que provoca cheiros nauseabundos e é prejudicial para a saúde. Considero também que a JF deveria providenciar pelo arranjo e manutenção dos passadiços que cobrem o litoral da nossa freguesia, uma vez que grande parte do percurso se encontra intransitável.

----- Finalmente e quanto às atas da AF, julgo que o Secretário da Mesa que as elabora foi injustamente criticado, uma vez que qualquer dos Vogais na posse das atas que lhes distribuídas em cada sessão da AF, podem e devem fazer chegar à Mesa da AF, as alterações, às suas intervenções, que entenderem justificadas, nas reuniões a que disserem respeito.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão às 00:45 horas tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia;-----

A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1º SECRETÁRIO

PRESIDENTE

2º SECRETÁRIO